

ENTREVISTA



Professor Grimaldo Carneiro Zachariadhes

Sabe-se da importância que o Arquivo tem na preservação da memória, da cultura e da história de pessoas, de instituições e de diferentes sociedades, por meio do armazenamento, tratamento, organização e acondicionamento devido dos documentos por ele guardados. Nessa edição tivemos o privilégio de entrevistar um profissional que sabe muito bem da relevância do arquivo em suas extensas e importantes pesquisas., o Professor Grimaldo Carneiro Zachariadhes.

Grimaldo Zachariadhes é professor, pesquisador, Doutor em História, Política e Bens Culturais (FGV). Mestre em História (Ufba). Atua como Coordenador do Núcleo de Estudos Sobre o Regime Militar (NERM) desde 2012 e membro da equipe editorial da Revista Perspectiva Histórica desde 2011. É organizador e autor de quatro livros: CEAS: Jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar, v.1 (2009); dura em debate (2015). Os jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS (2010), v. 2; Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência (2014); 1964: 50 anos depois: a ditadura em debate (2015).

Nessa entrevista o Professor elencou alguns pontos acerca da sua formação como Pesquisador e suas contribuições para os estudos sobre Arquivo, Religião, Ditadura Militar, Preservação Documental entre outros temas. Contudo, é notório a riqueza de informação que o entrevistado apresenta sobre os conteúdos abordados, além de enriquecer a Revista Fontes Documentais com seus relatos de experiências.

1. Quando começou seu interesse por Arquivos?

Foi durante as pesquisas do meu mestrado em história na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2005-2007. A falta de acervos oficiais sobre a Ditadura Militar no estado e a dificuldade de acesso a arquivos particulares de pessoas ou entidades era gritante. Logo percebi que para estudar a Ditadura na Bahia teria que percorrer a acervos fora do Estado. Ou seja, para estudar a Bahia eu tinha que sair do estado. É importante destacar que este problema é enfrentado também por pesquisadores de vários outros estados brasileiros. Esta dificuldade acabou me motivando a correr atrás desta documentação.

2. Qual a relevância dos Arquivos Acadêmicos para as pesquisas em História da Educação?

Especificamente sobre o período da Ditadura Militar, os órgãos de Informação – como o Serviço Nacional de Informação (SNI) - têm muitas informações sobre o ambiente escolar e universitário do período, já que a educação foi um dos setores que mais sofreu controle pelo Estado. Professores, alunos e funcionários eram constantemente monitorados. Uma outra vertente que queria destacar é

que a maioria dos estabelecimentos de ensino de educação básica, e até superior, não tem o costume de organizar seus arquivos para preservarem a sua memória. Temos que criar um hábito de estimular estes estabelecimentos de ensino que construam arquivos e tornem públicos esses acervos para pesquisadores e a população em geral. Nessa documentação tem muito da história da educação brasileira.

3. Diante do cenário político atual, qual sua opinião sobre a preservação documentação?

Se torna mais fundamental ainda. Neste momento histórico atual em que as Fake News imperam, o negacionismo se tornou algo comum na ciências humanas e grupos políticos querem construir novas narrativas que pretendem se fantasiar de “verdades”, os acervos podem ser um antídoto poderoso a tudo isso. São neles que os pesquisadores comprometidos se municiam de informações e revelam aquilo que os outros querem esquecer ou manipular. Por isso é muitíssimo importante uma política de preservação e difusão dos acervos no país. Eles guardam boa parte da nossa história.

4. Quais foram suas contribuições para o projeto “Memórias Reveladas” organizado pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro?

O projeto Memórias Reveladas foi um projeto muito interessante de uma grande riqueza para os seus participantes. Ocorriam reuniões entre pesquisadores do período da Ditadura Militar de todo o país que procuravam auxiliar o Arquivo Nacional na tentativa de contribuir na divulgação dos estudos da Ditadura Militar e revelar as peculiaridades de seus estados. Foi uma experiência muito significativa. Ficou claro para mim como a Ditadura Militar foi vivenciada de formas distintas dependendo da região. O projeto militar foi mitigado ou intensificado dependendo dos interesses das elites locais dos estados ou regiões. Neste projeto eu levava as reuniões constantemente o problema que era para os estados do Norte-Nordeste a ausência de acervos sobre o período ditatorial. O acervo que o Arquivo Nacional detém é imenso e a instituição é uma grande aliada na preservação e divulgação desta memória.

5. Você é autor e organizou quatro livros bastante referenciados e valiosos sobre a Ditadura militar no Brasil e o engajamento de membros da igreja Católica. Como surgiu seu interesse sobre esses temas?

O meu interesse nos estudos da Ditadura Militar ocorreu devido à eu perceber que muito da nossa realidade atual é herança daquele período. Decisões e projetos políticos daquele momento ainda nos guiam ou pautam nossas decisões seja para apoiá-los ou refutá-los. Então para entender nossa realidade atual é preciso entender a Ditadura Militar. Sobre os estudos sobre a Igreja Católica foi uma escolha tardia e inesperada. Nunca pensei em estudar a Igreja. Só comecei a me interessar quando vislumbrei como um objeto de pesquisa para o mestrado. A ação da Igreja Católica no período ditatorial foi muito importante. Mas, uma vez que entrei nesta seara, me encantei e não sair desde então, e imagino que seguirei por muito tempo pesquisando a relação entre Igreja e política, que é um tema fascinante.

6. As suas pesquisas te levaram a percorrer vários Arquivos Públicos nacionais (na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro, entre outros). De que forma esses Arquivos contribuíram para sua pesquisa? Os documentos estavam digitalizados? Devidamente organizados? Estavam em catálogos para facilitar sua busca?

De fato fui a muitos estados atrás de documentação e a forma que eu encontrei essa documentação depende muito de cada instituição. O Arquivo Nacional, o Arquivo público do Estado de São Paulo e o CPDOC da FGV têm acervos extensos e que estão bem organizados e muito da documentação digitalizada. Os Arquivos públicos do Estado de Pernambuco, Rio de Janeiro e do Maranhão também têm

organização muito boa da documentação e já começaram a digitalizar muito dos seus documentos. Muitos Arquivos Estaduais – como o da Bahia - não tinham muita noção do que poderia ter desta documentação em suas respectivas instituições. Isto precisa de fato ser revisto o quanto antes. Se esse problema é gritante em Arquivos Estaduais imagine nos municipais. Muitas cidades do interior não têm arquivos que preservem a história do município e quando tem é gerido por pessoas que podem até ter boa vontade, mas que não são preparadas para isto. É comum as prefeituras tratarem a preservação de acervos como algo secundário, menor. Sei que a batalha é árdua, mas temos que lutar para alterar esta realidade.

7. Como historiador e preocupado com a preservação da memória sociocultural, qual a importância dos Arquivos públicos? De que maneira o Governo pode contribuir nesse sentido?

Como historiador, os arquivos – públicos e privados – são de onde tiro muitas das minhas fontes para a contar história do nosso país. O Arquivo Público é um dos lugares especiais para a preservação da nossa história para as futuras gerações. Eles têm função de recolher, preservar e conservar documentação originados no Governo - municipal, estadual e federal - e até de particulares. Sua função é lidar com estas informações de modo que possam ser oferecidas à sociedade. O acervo que eles guardam são registros da sociedade que ele está inserido e irão ajudar na construção de sua identidade e história. O Governo tem como obrigação apoiar a preservação e a disponibilização destes documentos como uma forma de ampliar a cidadania no país.

8. Como foi sua experiência na busca de documentos nos Arquivos na Colômbia?

Eu fui a Colômbia com o apoio de uma bolsa-sanduiche da CAPES para a pesquisa do meu doutorado que era sobre um Cardeal brasileiro, Dom Avelar Brandão Vilela. Fiz pesquisas no acervo do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), principal órgão da Igreja latino-americana e no Centro Bíblico Teológico Pastoral para América Latina y El Caribe (CEBITEPAL). Tive acesso a uma documentação secreta da instituição que trata dos conflitos da Igreja no continente. Tive acesso a muita documentação referente ao Brasil. Por exemplo, a documentação preservada demonstra a preocupação com a influência que a Teologia da Libertação tinha na Igreja brasileira e como o CELAM atuou junto ao Vaticano para tentar frear a Igreja brasileira.

9. Em suas pesquisas você faz muito uso da oralidade, por meio de entrevistas, e algumas até polêmicas em seu conteúdo. Quais os cuidados que você costuma realizar ao fazer entrevistas?

De fato é uma preocupação que tenho com o conteúdo das entrevistas que faço. Como as informações que obtenho podem comprometer os meus entrevistados, eu adotei uma norma pessoal. Se o conteúdo for importante e urgente para a minha pesquisa, e se eu imaginar que a informação possa trazer algum dissabor para o meu entrevistado, eu apenas falo da informação sem citar a fonte. Porém, é comum eu só revelar a informação apenas depois do falecimento do entrevistado. Com isso evito qualquer problema em vida para ele. Para um acadêmico, as entrevistas nunca devem ser utilizadas de forma sensacionalista e sim como uma ferramenta na ajuda da construção do conhecimento.

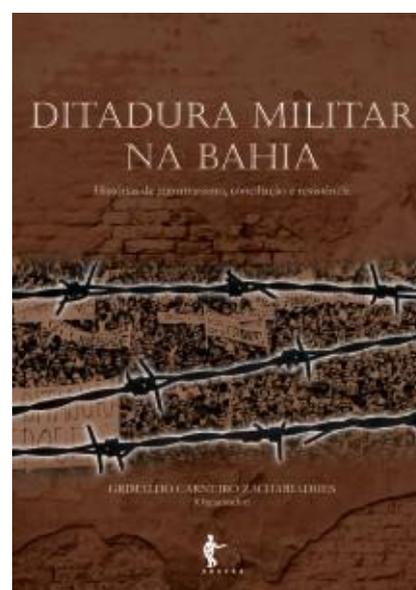
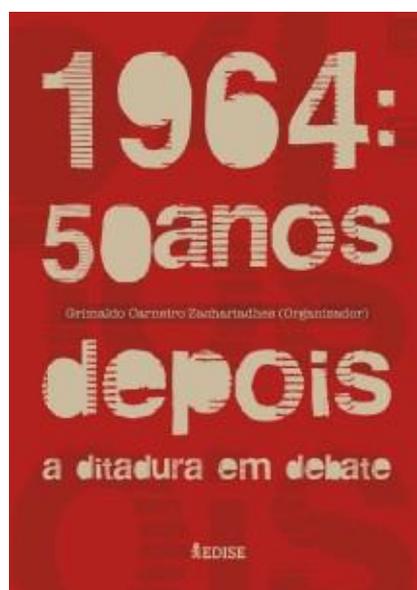
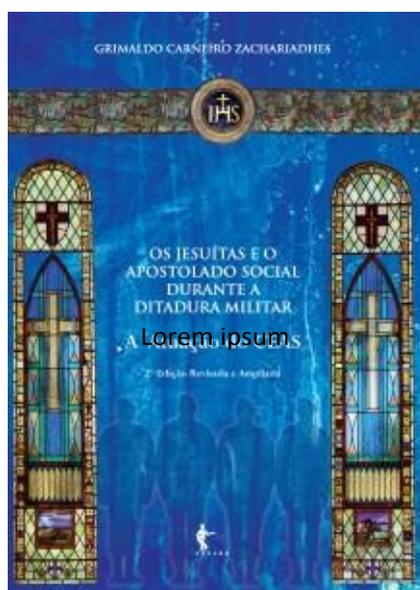
10. Fale um pouco sobre o projeto coordenado por você, “Resgate da História” que tem por objetivo mapear e coletar documentos sobre a Ditadura militar nos estados brasileiros. (Riscos, obstruções e curiosidades encontrados)

Com toda a dificuldade que eu encontrei para ter acesso a documentação sobre a Ditadura durante o mestrado comecei a mapear e coletar documentação referente ao período na Bahia e depois em

outros estados. Fotografei e fotocopiei muita documentação de entidades e arquivos privados e públicos. Em Arquivos que já tem a documentação digitalizada eu consegui muitas fontes. Muitas vezes pagando do meu próprio bolso. Hoje de fato tenho um arquivo particular muito amplo sobre o período ditatorial em vários estados do Nordeste e de outras regiões brasileiras. Espero que esta documentação sirva de incentivo as novas pesquisas. Mas, como sei que esta documentação trata de um período sensível de nossa história, existe um certo cuidado de algumas instituições de terem esta documentação. Eu já busquei disponibilizar parte da documentação que tenho para algumas universidades que não se mostraram nem um pouco interessadas em tê-las.

11. Quais as dificuldades enfrentadas por você durante suas pesquisas nos Arquivos Públicos, Privados ou Institucionais?

Os arquivos públicos, como o Arquivo do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro e, principalmente, o Arquivo Nacional têm acervos riquíssimos e amplos de fácil acesso aos pesquisadores. Eles foram muito solícitos no acesso ao acervo. Muita documentação está digitalizada, o que ajuda o pesquisador deveras. Infelizmente, ainda é tímida a disponibilização pela internet desta documentação. Isto ajudaria a pesquisadores fora do estado a ter acesso a estas fontes. Muitos dos arquivos estaduais de outros estados e municipais, que tentei ter acesso, ou diziam que não tinham a documentação referente a Ditadura ou ela não estava catalogada. Não precisa nem dizer como isto atrapalha a pesquisa. O maior problema de acesso a acervos institucionais e privados é que se você não conhecer o detentor do acervo ou tiver alguém que te indique, provavelmente não terá acesso a esta documentação ou receberá ela de forma parcial. Teve um caso específico que o responsável sobre a documentação de um acervo institucional particular me disse que não tinha a fonte que eu pedir. Entretanto, eu tinha conseguido fotos desta documentação através de um outro pesquisador que teve acesso a ela antes de mim. Mais tarde fiquei sabendo que a pessoa responsável pelo acervo foi à internet e lendo minha produção bibliográfica sobre o meu objeto histórico, não concordou com a minha visão e por isso tratou de não me conceder acesso ao documento que eu queria. Foi um ato de censura, infelizmente muito comum para quem procura ter acesso a documentação em Arquivos.



Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2020 à **Andréia Bispo dos Santos**. Mestra em Educação e graduada em Pedagogia ambas pela UFS. Atua como Coordenadora Pedagógica (SEDUC/SE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior – GREPHES.

Agradecimentos ao Professor e Historiador **Grimaldo Carneiro Zachariadhes** pela disponibilidade, generosidade e carinho demonstrado ao conceder essa entrevista.